

• Política

ANC 15

CONSTITUINTE

Políticos do PMDB e PFL criam comissão para negociar parlamentarismo

por Cecília Pires de Brasília

Parlamentaristas do PMDB e do PFL começam a procurar juntos uma fórmula de consenso a ser negociado com o presidente Sarney que tenha como ponto de partida a implantação gradual do parlamentarismo no Brasil. A comissão formada para entrar em entendimentos com o governo, integrada pelos senadores José Richa (PMDB-PR) e Afonso Aripinos (PFL-RJ) e pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), ganhou novos apoios ontem entre os pefelistas que defendem o parlamentarismo, capitaneados pelo líder do partido no Senado, senador Carlos Chiarelli.

Depois de convergirem em torno de uma emenda apresentada por Chiarelli, que prevê a implantação do parlamentarismo e um mandato de seis anos para os presidentes, os pefelistas reuniram-se ontem no gabinete de seu líder com o senador José Richa e o deputado Cid Carvalho para discutir as propostas existentes. Segundo o vice-líder do PFL na Câmara, deputado Alceny Guerra, a emenda de Chiarelli é o ponto de partida para a implantação gradual do sistema, porém aceitam discutir outras propostas, entre elas a do deputado José Richa.

A reunião não foi conclusiva, pois, embora os parlamentaristas puros como Chiarelli admitam a tese de implantação gradual do sistema, a duração do mandato não tem o consenso nem ao menos dentro da comissão criada para negociar com Sarney. Dos três integrantes, apenas Cid Carvalho manifesta-se claramente em favor de um mandato de seis anos para Sarney.

Os pefelistas ainda estão preocupados em demonstrar que a defesa do parlamentarismo dentro do partido não significa confronto com o presidente. Por isso, uma comissão integrada por deputados e senadores, segundo revelou Alceny Guerra, pretendia entrevistar-se hoje com Sarney para tranquilizá-lo a respeito e garantir que se o PMDB fizesse da defesa desse sistema um instrumento de confronto com o governo, os pefelistas mudariam de posição.

Hoje, de acordo com Alceny Guerra, o PFL tem 11 dos 25 votos da Comissão de Sistematização favoráveis ao parlamentarismo. De acordo com o parlamentar, o relator da comissão, deputado Bernardo Cabral, teria garantido que, se PMDB e PFL chegarem a uma fórmula de consenso sobre o parlamentarismo, ele a incluiria no substitutivo que deve apresentar na próxima terça-feira. A executiva nacional do PFL deverá reunir-se no início da próxima semana para definir a posição do partido quanto ao sistema de governo.

Segundo o senador Carlos Chiarelli, cuja proposta é um parlamentarismo puro, em que o presidente será o chefe de Estado e o primeiro ministro o chefe de governo, este sistema poderá ser implantado no último ano do governo Sarney, para que as eleições presidenciais diretas, em 1990, não peguem a população de surpresa e o Congresso seja eleito no mesmo ano, facilitando a composição de governo. "O problema é evitar qualquer hibridismo, com divisão de poderes entre o presidente e o primeiro-ministro bem definida", disse Chiarelli.

O "lobby" dos estados para manter conquistas

por Andrew Greenlees de Brasília

Um grupo de secretários da Fazenda de diversos estados reuniu-se ontem com o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, com o objetivo de "garantir o que foi conquistado". Segundo disse o titular da secretaria em São Paulo, José Machado de Campos Filho. Segundo Machado, "tem havido pressões da União e de outros setores" contra a transferência de recursos aos estados definida no atual anteprojeto de Constituição.

Entre os pontos que os secretários pretendem manter está o aumento da participação dos estados e municípios na arrecadação do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), tributos cobrados pela União. O texto de Cabral eleva de 14% para 21,5%, no primeiro caso de 17% para 22%, no âmbito municipal.

O grupo também viu aprovado uma das principais reivindicações fixadas recentemente na cidade de Canela (RS), onde os secretários da Fazenda estiveram reunidos. Trata-se da extinção dos impostos únicos sobre minerais, combustíveis e lubrificantes e energia elétrica. Estes valores, conforme o anteprojeto de Cabral, passam a

ser incorporados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), cobrado pelos estados. Segundo cálculos do secretário paulista, esta cláusula aumentará entre 10% e 12% a arrecadação dos estados.

"Alguns pequenos pontos não foram acolhidos", informou Machado, citando o exemplo da isenção de impostos estaduais determinada pela União para certos produtos, como os equipamentos utilizados nos transportes urbanos. Os secretários querem o fim desta imunidade e a cobrança dos tributos em forma de ICM. E tiveram uma boa notícia: o deputado José Serra, que vem cuidando da área tributária junto a Bernardo Cabral, confirmou que a isenção "foi para o espaço".

Fica mantida, no entanto, a imunidade de impostos sobre exportação de manufaturados e comercialização de papéis, livros e jornais. Entidades assistenciais e religiosas também não terão suas atividades específicas taxadas. Os sindicatos de trabalhadores serão incluídos na mesma categoria.

Um pleito dos secretários dificilmente será atendido: a vigência do novo sistema tributário nacional a partir de 1º de julho do próximo ano.

Cabral diz que acordo sai até domingo

por Andrew Greenlees de Brasília

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), disse ontem ao presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada, que aguardará até domingo um possível acordo em torno do sistema de governo a ser adotado pela futura Constituição. Caso contrário, manterá o atual texto, com a proposta parlamentarista. Cabral sugeriu a Sarney um encontro com a comissão nomeada pelos parlamentaristas para procurar uma saída para o impasse.

A comissão é formada pelos senadores Afonso Aripinos (PFL-RJ) José Richa (PMDB-PR) e pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). Cabral solicitou ainda a inclusão de mais três nomes, mas não os divulgou. "Não sei se o presidente fará um convite para o encontro", comentou o relator, para quem Sarney "está bem informado" sobre as diferentes propostas parlamentaristas e presidencialistas na Constituinte.

A partir de hoje, Cabral suspenderá as reuniões com relatores adjuntos e outros auxiliares que vinha realizando no Instituto Israel Pinheiro, a 25 quilômetros de Brasília. Ele anunciou que, até domingo, pre-

tende trabalhar sozinho na elaboração do novo texto. Somente depois destes dois dias, voltará a convocar a equipe que o cerca. O trabalho deverá estar concluído na terça-feira.

ESQUERDA

O Instituto Israel Pinheiro viveu ontem um dia agitado. No meio da tarde, chegaram dezessete constituintes do PT, PDT, PC do B e Movimento de Unidade Progressista (MUP), dissidência à esquerda do PMDB. Irritados com o isolamento de Cabral e seus auxiliares, os deputados levaram pessoalmente uma lista de emendas que apóiam em bloco.

"Estouramos o aparelho do Cabral", era a brincadeira mais ouvida no saguão do instituto, ressuscitando o termo usado na década de 70 para definir casas ou apartamentos ocupados pelos grupos de guerrilha urbana.

Assim que chegaram, os membros dos partidos de esquerda entraram na sala onde se reúnem os auxiliares de Cabral e houve aspero diálogo entre Haroldo Lima (PC do B) e Joaquim Bevilacqua (PTB). "Há aqui uma articulação conservadora", afirmou José Genoíno, do PT. Mais tarde, depois de um encontro com Cabral, os ânimos estavam serenados.